



COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

NOTA TÉCNICA GEAUC SEI N.º 1/2025

ASSUNTO: Oficina de Autoavaliação de Controles Internos pelas Regionais no processo de comprovação do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório consolida os resultados da Oficina de Autoavaliação de Controles Internos (AACI), voltada para o processo de comprovação do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa (Pepro). A atividade foi realizada entre os dias 27 e 29 de agosto de 2025, em Brasília, com a participação de representantes das Superintendências Regionais dos estados do ES, GO, MG, MS, MT, PR, RS, SP e TO.

A oficina integra as ações previstas no Plano Anual de Auditoria Interna (Paint 2025), aprovado pelo Conselho de Administração da Conab (Consad), e decorre do Termo de Compromisso (SEI [44131263](#)) firmado entre a Auditoria Interna (Audin) e as Superintendências Regionais acima citadas. Seu foco principal foi conhecer e propor melhorias nos controles internos relacionados ao processo de comprovação do Pepro e ao Sistema de Acompanhamento das Operações de Comercialização (Siscom), por meio de levantamento e avaliação estruturada desses controles.

Este trabalho também complementa a ação de assessoramento solicitada pela Suope, prevista no Paint 2025, com o objetivo de promover melhorias no processo de comprovação das operações do Pepro, especialmente no que se refere ao aprimoramento do Siscom.

2.OBJETIVOS DA OFICINA DE AACI E O PAPEL DA CONSULTORIA EM AUDITORIA INTERNA

A Oficina teve como propósito aplicar a metodologia de AACI, criando um espaço colaborativo de debate e análise sobre os controles internos do processo de Comprovação do Pepro, com ênfase no Siscom, ferramenta central de suporte à comprovação das operações.

A dinâmica buscou não apenas avaliar a efetividade dos controles existentes, mas também estimular o engajamento dos participantes no reconhecimento da importância da gestão de riscos e da cultura de controles na rotina organizacional.

No contexto da Oficina, destaca-se o papel da Audin em sua função de consultoria. Diferentemente das atividades de avaliação, que possuem caráter mais formal e de verificação, a consultoria consiste em apoiar as áreas da organização no fortalecimento dos mecanismos de controle por meio do assessoramento ou da facilitação.

A consultoria em auditoria interna oferece orientações técnicas, metodologias estruturadas e boas práticas, de modo a auxiliar os gestores e equipes na identificação de riscos, na proposição de melhorias e no fortalecimento dos mecanismos de governança.

A Oficina de Autoavaliação representou um exercício prático de consultoria em auditoria interna, unindo a experiência técnica dos auditores à vivência dos colaboradores da área, em um processo conjunto de construção de soluções para aprimorar a confiabilidade e a robustez dos controles internos do Pepro.

3. METODOLOGIA APLICADA

Conforme mencionado anteriormente, a Oficina de Autoavaliação de Controles Internos é uma metodologia colaborativa e estruturada, que tem como premissa envolver os próprios responsáveis e

executores de um processo previamente definido no reconhecimento, classificação, avaliação e proposição de melhorias nos controles internos.

Nessa metodologia, a equipe de auditores atua como facilitadora, garantindo o direcionamento técnico e a objetividade do processo, mas preservando o protagonismo das áreas executoras.

Na Oficina de Autoavaliação do processo de comprovação do Pepro, a metodologia de autoavaliação de controles internos utilizada pela Audin, foi adaptada e detalhada para atender às especificidades dos objetivos que se pretendia atingir.

3.1 Preparação

Previamente à realização da Oficina, a equipe de auditores promoveu o mapeamento dos controles existentes no processo de comprovação, com base nas normas do Pepro (Regulamento e Avisos) e na análise das funcionalidades do Siscom.

Como parte desse esforço, realizou-se também uma identificação preliminar dos riscos associados às etapas do processo, relacionando-os aos controles mapeados. Embora preliminar, essa identificação dos riscos permitiu avaliar sua capacidade mitigadora, aferir a criticidade e orientar a priorização de melhorias.

Essa etapa resultou na identificação de 58 controles, que serviram de insumo para as atividades da Oficina. Os controles mapeados, com os seus respectivos riscos associados, foram posteriormente validados junto à Suope, para garantir o alinhamento com a área gestora do processo (SEI [48056143](#)). Também foi elaborado e distribuído o Manual do Participante (SEI [48056363](#)), contendo orientações sobre a metodologia e conceitos fundamentais, com o intuito de nivelar o conhecimento dos envolvidos antes da realização do evento.

Cabe destacar que, dos 58 controles inicialmente mapeados pela Audin, 24 foram excluídos da Autoavaliação aplicada na Oficina, por não serem de competência das Regionais. Assim, a análise concentrou-se em 34 controles diretamente vinculados à atuação das Superintendências Regionais.

3.2 Abertura e nivelamento

Na abertura da Oficina, após as apresentações da equipe e dos participantes, a planilha de controles previamente identificados foi apresentada. Esse momento também oportunizou o esclarecimento de dúvidas conceituais e a preparação para a dinâmica de avaliação.

3.3 Dinâmica de avaliação

Cada controle listado foi submetido a uma sequência de etapas de análise:

a) Identificação do Controle: nessa etapa, como os controles já haviam sido previamente identificados, foi realizada a explicação do controle com a apresentação do nome e de sua descrição. Em síntese, o que o controle faz e para que ele existe, ou seja, qual evento de risco busca mitigar. Na oportunidade, os participantes puderam, também, complementar as informações sobre a descrição do controle.

b) Classificação do controle: classificação quanto ao seu objetivo.

Preventivo: visa evitar a ocorrência do risco, ou seja, diminuir sua probabilidade de ocorrência;

Detectivo: visa a detecção da ocorrência do evento de risco ou sua iminência; e

Atenuador: tem por objetivo diminuir o impacto da ocorrência do evento de risco.

c) Forma de execução: verificação se o controle é manual ou automático.

Manual: executado por pessoas, sujeito a falhas humanas; e

Automático: executado sem a necessidade de intervenção humana, mais padronizado e confiável.

d) Responsável pela execução: identificação do responsável pela execução do controle (conferentes regionais, Suope, outras unidades organizacionais ou, ainda, sistemas informatizados como Sican, Siscoe e Siscom).

e) Avaliação da confiabilidade: análise coletiva sobre a adequação do controle, considerando: objetivo, risco mitigado, desenho, execução prática e percepção dos participantes. Cada controle recebeu uma classificação:

Inexistente - controles mal desenhados ou mal implementados, isto é, não funcional.

Fraco - controles pouco estruturados, aplicados de forma pontual ou não padronizada. Sua execução depende fortemente do conhecimento e da iniciativa individual, o que gera baixa confiabilidade e maior risco de falhas ou inconsistências.

Mediano - controles reduzem parte do risco, mas não abrangem todos os aspectos relevantes, em razão de falhas no seu desenho ou de limitações nas ferramentas utilizadas.

Satisfatório - controles implementados e sustentados por ferramentas adequadas e, embora passíveis de aperfeiçoamento, mitigam o risco satisfatoriamente.

Forte - podem ser considerados a "melhor prática", mitigando todos os aspectos relevantes do risco.

f) Resposta ao controle: discussão e definição de encaminhamentos para cada controle, resultando em uma das seguintes decisões:

Formalizar – transformar controles inexistentes ou informais em práticas estruturadas, documentadas e institucionalizadas, de modo a assegurar sua aplicação consistente.

Suprimir – eliminar controles cuja manutenção não se justifique, seja pelo elevado custo em relação ao risco mitigado, seja por duplicidade ou falta de relevância.

Aperfeiçoar – revisar e ajustar controles avaliados como inexistentes, fracos ou medianos, aprimorando seu desenho, sua execução ou as ferramentas de apoio utilizadas, a fim de elevar sua confiabilidade.

Manter – preservar controles classificados como satisfatórios ou fortes, assegurando sua continuidade.

Divulgar – dar visibilidade e compartilhar controles reconhecidos como boas práticas, incentivando sua replicação em outros processos ou unidades organizacionais.

3.4 Consolidação e discussão final

Após a execução das etapas da AACI, foi promovido um momento de reflexão geral, no qual os participantes avaliaram o processo de comprovação do Pepro de forma ampla, discutindo pontos fortes, fragilidades e oportunidades de melhoria.

Além disso, foi solicitado aos participantes que as sugestões e propostas de aprimoramento fossem registradas formalmente no sistema SEI (Processo 21200.003613/2025-89), facilitando a rastreabilidade e o acompanhamento das sugestões.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Etapas, Objetivos e Controles do Processo de Comprovação do Pepro

A análise do processo de comprovação do Pepro pela Audin, permitiu sua estruturação em cinco macro etapas, cada uma com objetivos específicos e riscos associados. Para cada etapa, foram identificados grupos de controles internos que servem para auxiliar na mitigação desses riscos, conforme descrito a seguir:

Etapas do Processo	Objetivo	Controles Associados/Responsáveis
Homologação e Protocolo do DCO	Formalizar o compromisso do arrematante com a operação no Pepro por meio do registro oficial no Documento Confirmatório da Operação (DCO), validando a adesão às condições do leilão e servindo de referência para as etapas subsequentes.	Executados pela Gerop ou pela Bolsa antes da conferência; asseguram a correta formalização da operação e a integridade das informações registradas.
Conferência da Documentação	Verificar a comprovação da venda e do escoamento do produto pela análise detalhada da documentação (quantidade comercializada, regularidade cadastral e fiscal, autenticidade de NF e comprovantes de transporte), conforme regulamento e Avisos.	Realizados pelos conferentes nas Superintendências Regionais, com apoio dos sistemas Sican, Siscom e Siscoe, além da análise documental; garantem a conformidade das operações.
Comunicação com Participantes	Tratar inconsistências na documentação por meio de comunicações formais com arrematantes e Bolsas, solicitando correções, complementações ou defesa/recurso dentro dos prazos e procedimentos estabelecidos.	Controles de gestão de prazos, penalidades, recursos e cancelamentos; asseguram cumprimento de normas e transparência no processo de comprovação.
Preparação para	Consolidar e validar os dados	Envolvem validações sistêmicas e documentais;

Etapas do Processo	Objetivo	Controles Associados/Responsáveis
Pagamento	financeiros para viabilizar o pagamento do prêmio, compatível com a quantidade efetivamente comprovada como vendida e escoada, dentro dos critérios de regularidade e conformidade documental.	parte conduzida pela área financeira Suofi; asseguram precisão e legalidade dos pagamentos.
Cancelamento da Operação	Cancelar operações com impropriedades na comprovação ou infrações às normas do Pepro, registrando a inadimplência e, quando necessário, comunicando aos órgãos competentes.	Aplicação de penalidades e registro de infrações, conforme critérios do regulamento do instrumento.

Além dos controles diretamente vinculados às etapas acima, foram identificados controles complementares, que contribuem para a integridade, adequação e acompanhamento do processo:

- Controles de acesso aos sistemas informatizados (login e permissões);
- Controles de fiscalização e correição;
- Controles gerenciais para acompanhamento da operação e suporte à tomada de decisão.

Ao focar nos controles executados no âmbito das Superintendências Regionais, observou-se que sua atuação está concentrada em algumas etapas específicas. Por esse motivo, os controles relacionados às etapas “Homologar e Protocolar o DCO”, “Cancelamento da Operação” e “Preparação para Pagamento” e, ainda, aqueles controles relativos à “Acesso aos sistemas (login e permissões)” foram excluídos da avaliação, uma vez que não são de competência das regionais.

Os demais controles relacionados às etapas de “Conferência da Documentação” e “Comunicação com Participantes”, assim como parte dos “Controles Complementares”, cuja participação é mais significativa pelas regionais, foram desdobrados na planilha de avaliação, perfazendo um total de 34 controles, que foram analisados individualmente durante a Oficina.

4.2 Análise da Autoavaliação dos Controles Internos

A partir do resultado da autoavaliação dos 34 controles pelas regionais (SEI [48056652](#)) foi possível traçar um panorama, que será apresentado a seguir:

4.2.1 Situação dos Controles quanto a Automação

No que concerne à automação, com base nos resultados apurados da Oficina, temos:

Quadro 1 - Situação dos Controles quanto a Automação

Descrição	Totais	%
Controles Manuais	24	70,59
Controles Automáticos	10	29,41
Total Geral de Controles	34	100 %

Fonte: Audin

A análise do grau de automação dos controles no processo de comprovação do Pepro mostra um quadro claro: a maior parte dos controles ainda é executada manualmente, sobretudo nas etapas mais críticas do processo. Apesar de vários deles estarem inseridos no SISCOB, sua execução depende de intervenção humana para a verificação de sua conformidade com as regras dos normativos aplicáveis.

Dos 34 controles mapeados, 24 (cerca de 71%) são manuais, enquanto apenas 10 (29%) já contam com algum nível de automação. Essa predominância de atividades manuais traz riscos tanto para a segurança e a confiabilidade dos controles quanto para a eficiência do fluxo de trabalho.

A etapa de conferência documental, que envolve a verificação de quantidade comercializada, informações das notas fiscais, comprovantes de transporte e regularidade cadastral, concentra o maior volume de controles manuais, sendo justamente a parte mais sensível para garantir que os pagamentos sejam devidos e corretos, conforme melhor detalhado adiante.

Nessa fase, foram identificados 22 controles manuais contra apenas 5 automáticos, o que reforça a vulnerabilidade do processo. Além disso, a maioria dos controles manuais foi classificada com confiabilidade baixa (fraco ou mediano), sem registros de controles fortes.

As observações das unidades regionais confirmam essa preocupação, pois em 17 controles manuais houve sugestões para automatização e necessidade de validações sistêmicas mais robustas. Em síntese, as áreas demandam que o Siscom incorpore verificações automáticas de documentos, bloqueios automáticos em caso de não conformidade e maior integração com bases externas.

4.2.2 Situação dos Controles quanto ao Tipo**Quadro 2 - Situação dos Controles quanto ao Tipo**

Descrição	Totais	%
Controles Preventivos	11	32,35
Controles Detectivos	21	61,76
Controles Atenuadores	2	5,89
Total Geral de Controles	34	100 %

Fonte: Audin

A análise dos tipos de controles no processo de comprovação do Pepro evidencia que há uma estrutura de verificação distribuída ao longo das principais etapas, contemplando cadastros, conferência documental, cumprimento de prazos, fiscalização e acompanhamento gerencial. Essa estrutura mostra preocupação em garantir a lisura do processo, mas também revela fragilidades que precisam ser enfrentadas.

Do total de 34 controles mapeados, 11 são preventivos (32%), 21 são detectivos (62%) e 2 são atenuadores (6%). Essa predominância de controles detectivos se explica, em parte, pela própria natureza do processo, pois trata-se de uma conferência de operações já realizadas, o que naturalmente exige mecanismos voltados à detecção de inconsistências em documentos e informações apresentadas pelos participantes.

É nesse ponto que se concentra a etapa mais sensível do Pepro, a conferência documental, onde a checagem da quantidade comercializada, das informações cadastrais, da autenticidade das notas

fiscais, do cumprimento dos prazos estabelecidos nos Avisos específicos e a regularidade dos comprovantes de transporte precisam ser cuidadosamente verificadas.

Apesar de compreensível, essa concentração em controles detectivos traz um desafio. Como grande parte deles ainda é realizada de forma manual, aumenta-se a dependência do julgamento humano, com riscos de falhas, inconsistências e retrabalho.

Os controles preventivos, que são fundamentais para evitar que erros ou fraudes avancem no processo, aparecem em menor número e, em muitos casos, também com baixa confiabilidade e pouca automação. Já os controles atenuadores, como esperado, têm presença residual, funcionando como uma garantia para corrigir situações após a materialização do evento de risco.

O que se observa, portanto, é que o arcabouço de controles do Pepro é abrangente, mas não plenamente robusto. Ele cobre as etapas críticas do processo, mas ainda depende fortemente de verificações manuais e de controles detectivos, o que reduz sua eficiência e pode aumentar o risco operacional.

Para fortalecer a estrutura, é essencial ampliar a automação, especialmente nos controles preventivos, tornando as verificações mais rápidas, padronizadas e menos sujeitas a falhas humanas. Dessa forma, o processo de comprovação passará a equilibrar melhor prevenção, detecção e correção, garantindo maior segurança, eficiência e confiabilidade na comprovação e execução do instrumento.

4.2.3 Situação dos Controles quanto ao Nível de Confiabilidade

A avaliação de confiabilidade dos controles internos realizada coletivamente pelas Superintendências Regionais durante a Oficina, revelou que a maior parte dos controles se encontram em níveis intermediários de confiabilidade.

Quadro 3 - Situação dos Controles quanto ao Nível de Confiabilidade

Descrição	Totais	%
Fraco	12	35,30
Mediano	15	44,11
Satisfatório	6	17,64
Forte	1	2,95
Total Geral de Controles	34	100%

Fonte: Audin

A avaliação trouxe um retrato bastante esclarecedor sobre o arcabouço de controles do processo de comprovação. Essa análise levou em consideração não apenas o objetivo e o risco mitigado por cada controle, mas também a forma como estão desenhados, sua execução prática e a percepção dos participantes que lidam diretamente com eles no dia a dia.

Uma parcela significativa foi classificada, pelos participantes da oficina, como “Fraco” ou “Mediano”, indicando que, embora existam mecanismos de verificação, eles são pouco estruturados, aplicados de forma pontual ou não abrangem todos os aspectos relevantes do risco. Esse cenário evidencia que muitos controles ainda dependem fortemente do conhecimento e da iniciativa individual dos conferentes, o que aumenta a exposição a falhas humanas, inconsistências e retrabalho. Além disso, deficiências no desenho e na utilização de ferramentas limitam a efetividade de parte dessas verificações.

Foram identificados também controles avaliados como “Satisfatório”, que estão implementados com o apoio de instrumentos adequados e cumprem de forma consistente o papel de mitigar riscos, ainda que com espaço para melhorias e aperfeiçoamentos.

Apenas um controle foi classificado como “Forte”, o que demonstra que ainda há um caminho a percorrer até que se alcance um padrão de melhores práticas, com grau elevado de mitigação dos riscos relevantes.

De forma geral, a avaliação das Regionais evidencia que o arcabouço de controles internos do Pepro é abrangente, mas com confiabilidade limitada em boa parte de sua execução. Ele assegura a

presença de verificações ao longo das etapas críticas, mas ainda carece de maior padronização, consistência e, principalmente, sustentação em ferramentas adequadas.

O fortalecimento desse arcabouço depende de ações voltadas à estruturação dos controles fracos, e, principalmente, à elevação do nível de automação. Com essas medidas, será possível reduzir a dependência de iniciativas e conhecimentos individuais, dar maior uniformidade à execução e aumentar a robustez e a confiabilidade do processo de comprovação.

4.2.4 Resposta ao Controle

Na etapa final da Oficina de Autoavaliação de Controles Internos, os participantes discutiram e definiram encaminhamentos práticos para cada controle. O objetivo foi transformar o diagnóstico em ações concretas para o fortalecimento do processo. Nesse contexto, os conferentes optaram por 3 encaminhamentos: “Aperfeiçoar”, “Manter” e “Suprimir”.

Quadro 4 – Resposta ao Controle

Descrição	Totais	%
Manter	4	11,76
Aperfeiçoar	27	79,42
Suprimir	3	8,82
Total Geral de Controles	34	100 %

Fonte: Audin

A decisão predominante foi “Aperfeiçoar”, o que demonstra que boa parte dos controles avaliados apresenta fragilidades ou oportunidades de melhorias, seja por estarem classificados como Fracos ou Medianos, seja por ainda dependerem fortemente de execução manual.

Nesses casos, os participantes reconheceram a necessidade de revisão na forma de execução, e em alguns casos, no desenho do controle, de modo a elevar a confiabilidade e reduzir a exposição a falhas.

A opção por “Manter” foi aplicada a controles considerados Satisfatórios ou Fortes, aqueles que já cumprem adequadamente sua função de mitigação de riscos. A decisão de preservá-los assegura continuidade e estabilidade ao processo, garantindo que as práticas que funcionam bem não sejam descontinuadas.

Por fim, houve casos de “Supressão”, quando os conferentes identificaram controles que não se justificavam. Essa decisão evidenciou um olhar crítico e racional, voltado a evitar sobrecarga de verificações desnecessárias e a otimizar recursos, concentrando esforços nos controles mais efetivos.

4.2.5 Síntese da Autoavaliação

O diagnóstico mostra que o arcabouço de controles é abrangente, cobrindo etapas essenciais do processo, mas ainda apresenta maturidade intermediária. No caso em análise, a predominância de controles detectivos e manuais pode comprometer a efetividade, reduzindo a capacidade preventiva e expondo o processo a riscos de fraude, erros e retrabalho.

A própria oficina sinalizou a direção para evolução:

- 79,42% dos controles tiveram encaminhamento “Aperfeiçoar”, revelando a consciência de que é necessário revisar desenho, execução e ferramentas de apoio.
- Apenas 11,76% foram classificados como “Manter”, concentrados nos controles já classificados como satisfatórios ou fortes.
- 8,82% foram direcionados para “Suprimir”, demonstrando racionalidade na eliminação de controles redundantes ou de baixa relevância.

Conforme destaca o COSO Internal Control – Integrated Framework (2013), os controles internos devem ser desenhados e implementados de modo a proporcionar “razoável segurança” quanto à consecução de objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade.

A predominância de controles fracos/medianos, manuais e detectivos indica que o ambiente atual precisa evoluir para um patamar mais robusto, com foco em:

- a. Automatização de verificações críticas (cadastro, notas fiscais, transporte).
- b. Integração sistêmica (Siscom, Sican, Siscoe e bases externas).
- c. Padronização de fluxos de trabalho e melhoria na comunicação com participantes.
- d. Reforço de monitoramento contínuo e informações gerenciais.
- e. Capacitação.

A maior exposição ao risco se concentrou nas fases iniciais que envolvem cadastro e nas conferências documentais, devendo essas áreas serem priorizadas em qualquer plano de melhoria da maturidade dos controles internos.

4.2.5.1 Situação dos controles por etapa

Etapa Conferência da Documentação

Situação: Etapa mais crítica, com maior volume de controles avaliados (22 manuais e 5 automáticos).

Maturidade: Predomínio de controles Fracos e Medianos, fortemente dependentes de análise manual. Não foram identificados controles classificados como “Fortes”.

Classificação predominante: Fraco e Mediano.

Encaminhamento: Prioritariamente “Aperfeiçoar”, com foco em automação, padronização e integração de bases externas.

Etapa Comunicação com Participantes

Situação: Controles relacionados à gestão de prazos, notificações e comunicações com arrematantes, recursos e defesas.

Maturidade: Estrutura adequada, mas ainda sujeita a fragilidades de desenho do controle e falta de padronização.

Classificação predominante: Mediano, com alguns Satisfatórios.

Encaminhamento: “Aperfeiçoar”, reforçando as oportunidades de melhorias na automatização do controle, padronização e fluxo de comunicação entre conferentes e arrematantes. Necessário a utilização de ferramentas de comunicação mais eficazes.

Controles Complementares

Situação: Incluem acessos a sistemas, fiscalização e acompanhamento gerencial.

Maturidade: Concentram classificações Mediana, com necessidades de melhoria.

Classificação predominante: Mediano.

Encaminhamento: “Aperfeiçoar”, com foco no aperfeiçoamento da fiscalização e do aprimoramento de relatórios gerenciais. Necessário repensar o processo de fiscalização para o Pepro. Eventuais limitações orçamentárias e de quantidade de fiscais para realização de fiscalizações. Falta de acesso dos conferentes regionais à relatórios gerenciais.

Etapas não avaliadas no âmbito da Oficina com as Regionais: Homologação e Protocolo do DCO; Preparação para Pagamento e Cancelamento da Operação.

4.2.6. Análise dos Controles Fracos e Críticos do Processo de Comprovação do Pepro

Conforme apresentado na seção 4.2, a consolidação dos resultados apontou fragilidades em etapas específicas do processo. Nos tópicos seguintes, destacam-se os controles classificados como fracos ou inexistentes, considerados pela Audin como críticos para a preservação da integridade do processo.

Os resultados demonstram que os controles fracos e críticos estão concentrados justamente nas atividades que estruturam a integridade do processo de comprovação: cadastro, conferência documental e comprovação da produção.

A análise estabelece a relação entre os controles e os riscos associados, incorporando as observações das Regionais e os registros da Audin, de modo a evidenciar os pontos de maior exposição e vulnerabilidade do processo.

Cadastro no Sican - Informações Obrigatórias (declaratórias)

Descrição: Verificação do cadastro do participante no sistema e conferência de dados obrigatórios (NIRF, inscrição estadual, vínculo de produtor rural).

Fragilidade: Controle avaliado como mediano, executado de forma manual e sujeito a falhas.

Risco associado: Cadastro incompleto ou inconsistente, possibilitando a participação de agentes irregulares no instrumento. Inclusão de arrematantes que não são produtores rurais, resultando em pagamentos a participantes não elegíveis.

Observações: As Regionais sugerem a automatização da checagem no Siscom, com integração ao NIRF, georreferenciamento e dados de produção, para reduzir falhas humanas e padronizar procedimentos.

Comprovação de Produção

Descrição: Conferência da compatibilidade entre quantidade declarada e capacidade produtiva.

Fragilidade: Controle fraco, baseado em informações declaratórias, verificado manualmente, com ausência de parâmetro/critério de comparação e validação física (ou técnica) das informações apenas durante a fiscalização amostral.

Risco associado: Quantidade arrematada incompatível com a produção efetiva, ensejando comprovações indevidas e pagamentos irregulares.

Observações: Não há padronização nas referências para produção/produtividade, cada regional adota um critério. Necessidade de alteração do Aviso para constar a referência de produtividade a ser adotada por Estado. Necessidade de automatização por meio de cruzamento de dados.

Validação de Áreas Rurais

Descrição: Conferência do total de área da propriedade rural.

Fragilidade: Controle fraco, realizado manualmente e com critérios e parâmetros muitas vezes de difícil compreensão por parte dos conferentes (declarações de arrendamento, etc...).

Risco associado: Risco de fraude na comprovação da quantidade arrematada e o vínculo com a propriedade rural, com possibilidade de comprovação da operação a partir de produto adquirido de outro produtor.

Observações: Falta de padronização das regionais para execução do controle. Muitos alegam falta de conhecimento técnico para execução da conferência. Recomendada a segregação das verificações e a automatização das análises.

CNAE – Atividade Econômica

Descrição: Verificação do enquadramento do produtor no CNAE.

Fragilidade: Controle fraco, dependente de conferência manual.

Risco associado: Participação de produtores sem enquadramento adequado, levando a pagamentos a participantes não elegíveis.

Observações: Falta de padronização na execução do controle. Algumas Regionais não fazem essa conferência. As Regionais sugerem a automatização da checagem do CNAE em conjunto com a inscrição estadual.

Preço Mínimo Líquido

Descrição: Verificação se o preço mínimo é líquido, livre de impostos e frete.

Fragilidade: Controle fraco, executado manualmente pelos conferentes regionais, com risco de erros de cálculo.

Risco associado: Pagamentos por quantidades não comprovadas devido a erros na conferência dos preços.

Observações: Há alegações de falta de conhecimento técnico dos conferentes em questões fiscais, reforçando a necessidade de apoio do setor tributário. Foi sugerida a automatização no Siscom e integração com o Sefit para reduzir erros e estabelecer parâmetros objetivos.

Notificação ao Arrematante, via Siscom e E-mail

Controle: Envio automático de notificações sobre correções e documentos.

Fragilidade: Fraco, embora automatizado, enfrenta falhas de efetividade porque os arrematantes não leem e-mails.

Risco: Falhas de comunicação que podem comprometer o direito de defesa e atrasar a regularização de pendências.

Observações: Sugestão de ampliar canais (WhatsApp, SMS) e criar BI de acompanhamento para melhorar a efetividade da comunicação.

Fiscalização do Pepro

Controle: Realização de fiscalizações para verificar se a produção agrícola declarada ocorreu, de fato, na propriedade do arrematante, conforme regras do edital e confirmação de outras exigências do Pepro.

Fragilidade: Controle fraco, falta de tempestividade, dependente de visitas in loco e disponibilidade de fiscais. Contingenciamento e falta de disponibilidade de recursos orçamentários.

Risco: Fraude documental e irregularidades cadastrais, com risco de validar produções inexistentes ou inconsistentes.

Observações: As Regionais defendem que a fiscalização seja repensada, com caráter mais orientativo, integração com órgãos de assistência técnica e maior alinhamento entre Sureg e Sufis.

Análise do Tempo de Conferência, via BI

Controle: Ferramentas de BI para monitorar tempo médio de conferência e identificar anomalias.

Fragilidade: Fraco, pois o indicador de tempo é insuficiente para refletir a complexidade dos casos.

Risco: Informações gerenciais distorcidas, levando a conclusões equivocadas sobre desempenho e riscos de manipulação de dados.

Observações: As Regionais reivindicam acesso direto a relatórios gerenciais, integração automática ao Siscom e uso de indicadores mais completos (número de notificações por DCO, cancelamentos e outros). As informações sobre "tempo de conferência" podem não refletir a realidade quando são analisadas sem levar em consideração a complexidade do caso sob análise (como a quantidade de notas fiscais e de escoamento).

5. SUGESTÕES DE MELHORIAS

Ao longo da Oficina, além das propostas já sistematizadas no item 4.2.5, as Superintendências Regionais apresentaram observações e recomendações adicionais, algumas registradas durante os debates presenciais e outras formalizadas posteriormente em documentos encaminhados à Audin, via SEI (Processo [21200.003613/2025-89](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&acao_origem=procedimento_visualizar&id_documento=62134974&arvore=1&infra...)).

Tais contribuições revelam aspectos práticos do dia a dia operacional e refletem a experiência direta dos conferentes no processo do Pepro.

Considera-se que essas manifestações merecem análise cuidadosa e, quando viáveis, podem ser incorporadas como oportunidades relevantes de aprimoramento do processo. A seguir, são elencadas as principais sugestões levantadas.

I. Cadastro e Sican

- a. Tornar o Sican um filtro efetivo e confiável das operações, com inclusão obrigatória de campos como documento de posse, NIRF, CIB, área de produção e georreferenciamento.
- b. Amarrar a homologação dos DCOs ao cadastro do Sican, impedindo a conclusão, caso os cadastros vinculados estejam incompletos ou inconsistentes.
- c. Impedir a alteração de dados de produção e área declarada durante a operação em andamento; caso necessária, registrar quais dados foram alterados, por quem e quando.
- d. Reforçar a responsabilidade pela análise do Sican (definição clara de atribuições entre Sufis e Regionais).
- e. Implementar cruzamento de dados entre cadastros e georreferenciamento, aumentando a confiabilidade das informações declaradas.
- f. Garantir que o Sican registre detalhadamente o histórico de alterações, permitindo reanálise e maior rastreabilidade.

II. Desenho da operação

- a. No caso da borracha, tornar obrigatória a apresentação do laudo técnico/laboratorial que atesta o DRC – *Dry Rubber Content* (teor de borracha seca) já no protocolo, evitando fraudes por alterações posteriores.
- b. Permitir emissão de Nota Fiscal de entrega futura até o prazo da comprovação (adequando ao prazo curto de 35 dias).
- c. Permitir apresentação de Nota Fiscal de complemento de valor junto à NF de compra da indústria, conforme legislação do ICMS, para permitir o ajuste do DRC (no caso de borracha).
- d. Tornar obrigatória a apresentação da guia e comprovante de ICMS para comprovação do pagamento/ressarcimento.
- e. Melhor planejamento da operação reduzindo-se necessidade de elaboração e divulgação de comunicados com alteração de critérios durante a fase de comprovação da operação.

III. Padronização e Normas

- a. Padronizar critérios de produção/produtividade (referência oficial nos Avisos).
- b. Estabelecer, de forma expressa, os documentos fiscais admitidos no âmbito do PEPRO: documento fiscal de origem (NF-e referenciada), documento fiscal subsequente referenciado (NF-e complementar/ajuste), NF-e de saída (operação de venda) e NF-e de remessa para escoamento, com suas finalidades, hipóteses de uso e CFOPs aplicáveis.
- c. Esclarecer normas sobre o regime especial de transporte sem Documento Auxiliar de Conhecimento de Transporte.
- d. Tornar obrigatória a comprovação de que a usina de beneficiamento indicada está de fato em operação.
- e. Estabelecer que a participação em leilão em situação irregular cancele automaticamente a operação, conforme regulamento.
- f. Prover maior clareza nos editais.

IV. Comunicação e Treinamento

- a. Incluir, de forma obrigatória, o número de telefone celular do arrematante no cadastro, assegurando a comunicação direta e tempestiva das notificações do Siscom. Essa medida deve complementar os demais meios de contato, como o e-mail, cuja efetividade tem se mostrado limitada, uma vez que muitas vezes os dados cadastrados são apenas do corretor e os próprios arrematantes relataram não acompanhar regularmente suas mensagens eletrônicas.
- b. Melhorar a comunicação prévia dos editais com as Regionais, evitando surpresas operacionais.
- c. Oferecer treinamento regular às Regionais, sobretudo em aspectos fiscais e técnicos da conferência documental.
- d. Estabelecer instruções claras sobre competências e responsabilidades das corretoras, com reforço de fiscalização sobre sua atuação.
- e. Promover apoio técnico especializado para conferência fiscal (ICMS, descontos, preço líquido), reduzindo insegurança dos analistas.

V. Fiscalização e Monitoramento

- a. Redesenhar o modelo de fiscalização do Pepro, tornando-o mais orientativo que corretivo ou atenuador.
- b. Implementar Visitas Técnicas Orientativas (VTOs) com apoio de órgãos de assistência técnica estaduais.
- c. Treinar fiscais sobre as particularidades da subvenção, garantindo uniformidade e qualidade nas análises.
- d. Fiscalizar também indústrias, comércios e corretoras, ampliando o escopo de verificação.
- e. Garantir recursos orçamentários e alocação de pessoal suficientes para as atividades de fiscalização e conferência.

VI. Gestão da Informação e Transparência

- a. Ampliar indicadores de monitoramento: além do tempo médio de conferência, incluir valor pago, número de notificações, cancelamentos, instâncias de recurso.
- b. Garantir acesso descentralizado das Regionais aos relatórios gerenciais, hoje concentrados na Suope.
- c. Integrar indicadores diretamente no Siscom, evitando necessidade de BI externo.

5. CONCLUSÃO

A Oficina de Autoavaliação de Controles Internos realizada com as Superintendências Regionais permitiu uma análise abrangente e participativa do processo de comprovação do Pepro.

Os resultados evidenciam que, embora exista um arcabouço de controles cobrindo todas as etapas relevantes, a maturidade geral ainda é intermediária-baixa, com 77% dos controles avaliados abaixo do nível satisfatório.

As fragilidades concentram-se, sobretudo, em controles de cadastro de participantes (Sican), conferência documental (notas fiscais, comprovantes de transporte e comprovação de produção) e comunicações entre Conab e arrematantes.

Importante registrar o reconhecimento dos participantes de que, embora persistam lacunas, o cenário atual é sensivelmente melhor que em ciclos anteriores: antes, o processo era totalmente manual e

em meio físico, com baixa rastreabilidade e forte assimetria entre unidades.

Ao mesmo tempo, a Oficina demonstrou consciência crítica e alinhamento das Regionais quanto às melhorias necessárias: 79% dos controles receberam o encaminhamento “aperfeiçoar”, refletindo disposição em fortalecer o processo.

Entre as principais medidas propostas estão a automatização de verificações críticas, a integração sistêmica entre Siscom, Sican, Siscoe e bases de dados externas, a padronização de fluxos de trabalho, aperfeiçoamento das informações gerenciais e o redesenho do processo de fiscalização do Pepro.

Em síntese, a autoavaliação revelou um ambiente de controle que cobre os principais riscos do processo, mas ainda carece de robustez para garantir segurança operacional em nível satisfatório.

Adicionalmente, importante esclarecer que as sugestões apresentadas pelas Suregs serão consolidadas na Nota Técnica de avaliação dos controles a ser encaminhada à SUOPE. Em razão disso, e para evitar sobreposição de entregas, o monitoramento de sua implementação, conforme previsto no Termo de Compromisso, será realizado no bojo do referido trabalho.

6. ENCAMINHAMENTOS

Considerando os resultados apresentados e as análises consignadas nessa Nota Técnica, sugerimos os seguintes encaminhamentos:

- a) Às Superintendências Regionais dos estados do ES, GO, MG, MS, MT, PR, RS, SP e TO, para conhecimento e ciência dos resultados da Oficina de Autoavaliação de Controles Internos, de forma a garantir transparência e retorno às regionais participantes do processo;
- b) À Superintendência de Operações, para ciência das sugestões apresentadas pelas Superintendências Regionais nos itens 4.2.5 e 5.

Brasília, 06 de novembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **JULIA MENDES NOGUEIRA SARRES, Auditor (a) Interno (a) - Conab**, em 07/11/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gidalia de Santana Brito, Auditor (a) Interno (a) - Conab**, em 07/11/2025, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDMAR JOSE TOSTA, Auditor (a) Interno (a) - Conab**, em 07/11/2025, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS PAULO SILVERIO DE OLIVEIRA, Gerente de Área - Conab**, em 07/11/2025, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **48046079** e o código CRC **843C5232**.

Criado por [julia.nogueira](#), versão 9 por [marcos.oliveira](#) em 07/11/2025 11:07:33.